

## **Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo que Conduziu à Venda e Resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)**

3.<sup>a</sup> Reunião  
(17 de fevereiro de 2016)

---

### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 39 minutos.

Sobre a documentação solicitada e os pedidos de audição apresentados, usaram da palavra os Deputados João Galamba (PS), Luís Marques Guedes (PSD), Miguel Tiago (PCP) e Mariana Mortágua (BE), tendo sido estabelecida uma programação dos trabalhos da Comissão.

Foi discutido um requerimento, apresentado pelo Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), propondo uma auditoria externa e independente a factos específicos relacionados com o BANIF, sobre o qual se pronunciaram, além daquele orador, os Deputados João Galamba (PS), Mariana Mortágua (BE), Miguel Tiago (PCP), Jorge Lacão (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 3 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe) — Srs. Deputados, uma vez que já temos quórum, podemos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 39 minutos.*

Srs. Deputados, definimos como ordem de trabalhos de hoje a tomada de decisões relativamente às audições e aos pedidos de documentação a solicitar a diversas entidades e a aspetos relativos à metodologia e à calendarização dos trabalhos.

Tivemos oportunidade, numa reunião da Mesa e dos coordenadores que realizámos agora mesmo, de preparar alguns aspetos metodológicos, mas, em todo o caso, creio que os Srs. Deputados quererão nesta reunião tecer algumas considerações sobre estas matérias, designadamente sobre as propostas que apresentaram, ou que pretendem apresentar, no que diz respeito às audições a realizar.

Em relação à metodologia definimos que haveria concordância de todos os grupos parlamentares relativamente às propostas que fossem feitas. De qualquer forma, pergunto se algum Sr. Deputado pretende usar da palavra nesta fase dos nossos trabalhos.

A Comissão, independentemente das propostas que sejam feitas por cada grupo parlamentar ou por cada Deputado e da publicitação que entendam dever fazer das suas propostas, facultará, posteriormente, uma listagem completa das audições decididas.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, para além das propostas de audição e de documentação já enviadas por todos os partidos – creio que o CDS-PP ainda não enviou, mas vai enviar – e da uniformização por parte

da Mesa das respetivas propostas, penso que poderia fazer algum sentido começarmos hoje aqui a pensar na ordem das audições.

Apesar de a CPI não estar em funcionamento durante o período orçamental, para além de começarem a ser enviados documentos, se pudéssemos já acertar, pelo menos, uma ordem inicial das audições acho que era importante. Assim, daria tempo suficiente para serem avisados os futuros inquiridos para que não haja, depois, se fizermos isso só depois do Orçamento, problemas de convites, de ajustamentos e de calendário.

Essa era a proposta que o Partido Socialista faria para esta reunião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, se bem percebi, o Sr. Presidente está a perguntar se alguém deseja usar da palavra sobre a ordem dos trabalhos de hoje.

Relativamente a isso, uma vez que nem todos os Srs. Deputados participaram na reunião da Mesa com os coordenadores que teve lugar antes, aproveitava para referir, então, o seguinte: ficou assente – e, de resto, era essa a proposta do Partido Social Democrata – que, em relação aos pedidos apresentados por todos os Srs. Deputados quanto à documentação, da análise feita pela Mesa, na qual nos revemos, não há nenhum requerimento de documentação que extravase o objeto da Comissão, pelo que o critério utilizado foi o de determinar que os serviços arrumem todos os pedidos e que, uma vez aprovados em Comissão, sejam, de imediato, enviados, solicitando essa documentação para que os Deputados possam, ao longo das próximas duas ou três semanas, assim que começarem a recebê-la, começar a conhecer o assunto e a inteirar-se das matérias em causa.

Em relação às propostas de audição, também, a análise por nós feita é a de que os requerimentos apresentados por todas as forças políticas se inserem no objeto da Comissão, portanto concordamos com todas as audições solicitadas.

Há apenas a registrar que, enquanto todos os outros grupos parlamentares entenderam que, ao nível político, as audições a realizar se ficavam pelo patamar dos ministros ou ex-ministros das finanças, os Deputados do Partido Comunista Português entenderam fazer elevar esse patamar para o ex-Primeiro-Ministro, pelo que, da nossa parte, afirmamos formalmente que, se é esse o patamar de responsabilidade política onde querem colocar a prestação de depoimentos à Comissão, por maioria de razão, o atual Primeiro-Ministro tem de ser convocado também para vir à Comissão, uma vez que ele próprio assumiu e comunicou ao País a decisão do Governo relativamente a este *dossier* e a este processo.

De igual modo, mais uma vez, foi o Partido Comunista Português que entendeu que, ao nível internacional, ou seja, da Comissão Europeia, não bastava a audição dos comissários europeus, mas que se deveria ir também ao ex-Presidente da Comissão Europeia, pelo que, por maioria de razão, utilizando o mesmo critério, o Partido Social Democrata entende que se deve ouvir o anterior Presidente da Comissão e também o Presidente da Comissão já no período de resolução ao BANIF.

Nesse sentido, acrescentaremos esse pedido, desde que o Partido Comunista mantenha essa proposta, porque achamos que deve haver um critério objetivo e uniforme. Os trabalhos da Comissão não são o *intuitu personae*, não são relativamente a nenhuma pessoa em particular, tem de haver um critério objetivo e, portanto, queria formalizar esse pedido.

Relativamente à última questão que o Sr. Deputado João Galamba colocou sobre a sequência das audições, acho que o que tinha ficado acertado

na reunião anterior é que haveria uma reunião da Mesa para tratar disso, pelo que estranho um bocadinho que essa proposta surja agora.

De qualquer maneira, percebo que, pelo menos, para a primeira semana possa haver alguma urgência. Mas parece-me evidente que, para a primeira semana, aquilo por onde devemos começar em termos de audições é pelos atores principais do mecanismo de resolução e, nesse sentido, achamos que devíamos começar por ouvir o presidente do BANIF, o Governador do Banco de Portugal e o Ministro das Finanças. Esses três parecem-nos óbvios, por essa ordem. Por uma questão de respeito, digamos assim, hierárquico e político, o Sr. Ministro das Finanças deve vir depois dos outros cá virem – aliás, penso, de resto, que foi esse o critério que se seguiu também na Comissão de Inquérito à resolução do Banco Espírito Santo.

Mas, relativamente a isso, se se mantiver aquilo que ficou decidido na reunião anterior, o Partido Social Democrata apresentará as suas propostas na reunião da Mesa, que o Sr. Presidente acertou que seria convocada em princípio para o dia 8, mas, se quiserem discutir já hoje, por nós, fica apenas esta sugestão relativamente ao início das audições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, a lista das audições a realizar, apresentada pelo PCP, já é conhecida. Julgamos que a maior parte dos nomes, tendo em conta a coincidência entre as várias propostas apresentadas pelos diversos partidos, não carece de explicação, mas, quase como resposta à intervenção do Deputado Marques Guedes, referir-me-ei a algumas das propostas específicas.

O PCP não propõe a audição em Comissão de Pedro Passos Coelho especificamente pela ocupação do cargo de Primeiro-Ministro no passado, mas pelas sucessivas declarações que tem vindo a fazer sobre o processo e

que se relacionam, claro, com o facto de ter ocupado o cargo de Primeiro-Ministro.

De qualquer das formas, o PCP não tem nada a opor, apesar de não concordar, com a metodologia que o PSD está a adotar. O PSD está a adotar a metodologia de indicar nomes em função daquilo que os outros apresentam, mas nós apresentamo-los, porque fazem sentido, sendo que achamos que faz sentido, ou não, ouvir um determinado interveniente no processo para o apuramento dos factos e não como uma espécie de moeda de troca, como o PSD está, infelizmente, a fazer.

Em suma, não contestamos as propostas do PSD, bem pelo contrário, mas que fique claro: não achamos que é útil ouvir António Costa só porque o PCP propôs que é útil ouvir Pedro Passos Coelho. É um interveniente no processo, terá, certamente, alguns esclarecimentos a dar em função das questões que lhe serão colocadas.

Sobre o Presidente da Comissão Europeia, da parte do PCP, cremos que há utilidade em ouvir Durão Barroso, independentemente de o PSD achar que isso deve resultar na utilidade de ouvir o atual detentor do cargo. Evidentemente que, da nossa parte, também não haverá nenhum impedimento quanto a isso.

Mas tem de ficar claro que o PCP quer ouvir Pedro Passos Coelho, independentemente do cargo que ocupou no passado, pela forma como reagiu à resolução do BANIF, como, na última entrevista que deu sobre o caso, se referiu ao BANIF e pela contradição entre essas duas declarações, apontando, até, para novos conhecimentos sobre o caso, já que inicialmente dizia que toda a gente conhecia o caso e que a solução era adequada, que não tinha grandes críticas a fazer e agora, de repente, diz que o banco até dava lucro e que não percebe o que se passou...

Portanto, se há novos dados de que Pedro Passos Coelho dispõe, a Comissão também deve dispor deles e é por isso que o seu nome é indicado.

Quanto às restantes questões, reitero a proposta que fizemos na reunião de Mesa e coordenadores, no sentido de os serviços da Comissão poderem munir os Deputados da Comissão de uma lista que identifique as principais convergências nas propostas e, em função dessa lista, depois, acertarmos uma ordem que não fique estritamente relacionada com as propostas mais comuns entre os grupos parlamentares, mas que tenha como referência essa correspondência entre as diversas propostas.

Talvez seja mais fácil criarmos uma ordem depois de percebermos quais são as propostas que são prioritárias para todos, do que fazê-lo agora, ainda sem ter esse trabalho realizado, e havendo, até, um partido, julgo que um partido, o CDS-PP, que ainda não apresentou a sua lista. Talvez agora isso seja um pouco prematuro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, já apresentámos na anterior reunião a nossa lista de documentos a solicitar e de audições a fazer. Acho que são claras e não merecem grande explicação as nossas propostas, na medida em que contemplam responsáveis pelo banco, políticos e políticos das instituições europeias e, a este propósito, apesar de isso não estar, necessariamente, na nossa discussão de hoje, gostaria que esta Comissão fosse muito dura relativamente à resposta, ou não, que as instituições europeias darão à Comissão de Inquérito.

A experiência que temos do BES de não resposta, de atraso, de desrespeito pela Comissão de Inquérito é lamentável e acho que devemos fazer valer os poderes da Comissão de Inquérito e do Parlamento português e exigir respostas das autoridades responsáveis, a nível europeu, para que

não se repitam algumas atitudes de desrespeito que vimos em comissões de inquérito anteriores.

Relativamente às propostas para ouvir o atual Primeiro-Ministro e o anterior Primeiro-Ministro não nos opomos, de forma nenhuma, pois tudo o que puder contribuir para esclarecer os Deputados desta Comissão é bem-vindo.

Quanto à metodologia, acho que o Deputado Miguel Tiago está certo e, portanto, vamos ter de fazer uma lista de nomes, acordar entre nós quais são as prioridades e deixar para o fim nomes que ainda não temos a certeza se fazem sentido ou se vão dar um grande contributo, ou não, começando por ouvir aqueles que entendemos serem os nomes mais relevantes.

Aguardamos que todos os grupos parlamentares possam entregar os nomes, penso que ainda temos alguns dias para apresentar essa lista.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais nenhuma intervenção, creio que podemos sistematizar o seguinte: independentemente da publicitação que cada partido queira fazer dos nomes e documentos propostos, o que, aliás, tem sido feito, será elaborada, pela Comissão, uma listagem provisória, porque estará sempre sujeita a ajustamentos ao longo do inquérito, que poderemos tornar pública.

Assentámos também na reunião de Mesa e coordenadores, e isso terá de ficar aqui submetido à ratificação da Comissão e à sua discussão, caso algum dos Srs. Deputados queira colocar alguma questão, que a Comissão não iria solicitar nenhuma suspensão formal dos seus trabalhos para garantir que se possam fazer diligências, designadamente junto de entidades externas, tais como a solicitação de documentos ou, desde já, a marcação de audições, para que o possa fazer na plenitude de funções e que não possa ser invocado, por ninguém, que a Comissão, por estar formalmente suspensa, não pode realizar determinadas diligências com efeitos legais.



Portanto, não irá ser solicitada nenhuma suspensão formal dos trabalhos, sendo certo que iremos adequar o ritmo dos nossos trabalhos ao funcionamento da Assembleia, tendo em conta, obviamente, o facto de nos próximos tempos estar em apreciação o Orçamento do Estado para 2016.

O que é proposto a esta Comissão é que a Mesa e os coordenadores possam reunir no próximo dia 8 de março, para, a partir dessa data, se poder diligenciar, desde logo, a marcação das primeiras audições, de acordo com a ordem que venha a ser estabelecida, sendo que já foram aqui dadas algumas contribuições por parte de alguns Srs. Deputados.

Portanto, propõe-se que haja uma reunião da Mesa e coordenadores para o próximo dia 8 e que as primeiras audições possam ter lugar no dia 22 de março, ou seja, na terça-feira seguinte à conclusão dos trabalhos do Orçamento do Estado.

A Comissão iniciará, nessa altura, os seus trabalhos em termos da realização das audições, tendo em conta que essa semana, que se inicia a 21 de março, é a semana da Páscoa, e tendo, obviamente, que ter em conta na nossa calendarização o que for decidido relativamente ao ritmo dos trabalhos parlamentares nessa semana temos de definir quais os dias em que poderemos, de facto, realizar as nossas reuniões, na medida em que poderá haver um ajuste do funcionamento do Plenário em função da Semana Santa, pelo que a velocidade de cruzeiro em termos dos trabalhos da nossa Comissão, em boa verdade, iniciar-se-á na semana a seguir à Páscoa.

A proposta da reunião da Mesa é que as audições se realizem da seguinte forma: duas audições às terças-feiras, uma de manhã e outra à tarde; e à quarta e à quinta-feira audições a partir das 17 horas e 30 minutos. Portanto, apontaríamos para a realização de quatro audições semanais.

Gostaria, ainda, de lembrar que no reinício dos nossos trabalhos, em março, terá de ser incluída na ordem de trabalhos de uma das reuniões a

designação de um relator, que deverá ser feita obrigatoriamente até à quinta reunião.

Não sei se, sobre esta questão, há alguma objeção ou se algum dos Srs. Deputados deseja fazer alguma observação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, sobre esse plano de trabalhos que o Sr. Presidente apresentou não tenho nada a objetar, apenas desejo insistir no facto – penso que já estava ínsito na sua visão do problema – de que a documentação deve ser oficiada às entidades o mais rapidamente possível para que, logo após os trabalhos do Orçamento, possamos trabalhar não apenas no sentido da realização das audições, mas já devidamente municiados de documentação.

Por outro lado, caso exista ou se levante alguma questão relativa a segredo, gostaria que tal pudesse também, mesmo durante este período da discussão em sede de especialidade do Orçamento, ser dirimido entre nós e, aliás, penso que poderá sê-lo facilmente.

Gostaria, depois, de ter outra intervenção, mas sobre um outro tema.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, desejam pronunciar-se ainda sobre esta matéria?

*Pausa.*

Não havendo mais observações sobre esta matéria, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, para intervir sobre o outro assunto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Grupo Parlamentar do PSD persiste no mais firme propósito de que esta Comissão de Inquérito decorra com um sentido de rigor e de responsabilidade que já foi, enfim, estabelecido por outras comissões de inquérito, valorizando inclusivamente a imagem do Parlamento português junto dos cidadãos e até, se me permite a expressão, desbravando novas possibilidades de atuação do Parlamento, nomeadamente nesta matéria dos inquéritos parlamentares.

Não estamos completamente satisfeitos com o início destes trabalhos, devemos dizê-lo com toda a frontalidade, e não estamos porque julgamos que a colaboração entre todos os grupos parlamentares, designadamente os que constituem o suporte do Governo em funções e os que são a sua oposição, nomeadamente os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, tem de ser devidamente ultrapassada, nestas matérias que dizem respeito às Comissões de Inquérito Parlamentares, sob pena de voltarmos a alguns vícios do passado, a vícios de que todos padecemos e de enfermámos, e não estamos aqui a colocar ninguém nem de fora nem a salvar eventuais responsabilidades do passado.

Mas, falando do futuro, julgamos ser de todo o interesse que esta Comissão de Inquérito atinja o patamar que a anterior Comissão de Inquérito ao BES também conseguiu, nomeadamente a esse nível.

Cada vez mais se nota que existem diversas versões dos factos. Os factos são apresentados, aliás, já foram apresentados na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização pelos responsáveis do Banco de Portugal e por responsáveis governativos; há entrevistas de responsáveis do BANIF em meios de comunicação social que dizem coisas diferentes destas duas versões anteriores; há, inclusivamente, declarações de responsáveis políticos, de todos e não apenas – como disse aqui o Deputado Miguel Tiago – do Dr. Pedro Passos Coelho, como ainda na passada sexta-feira o atual Primeiro-Ministro fez declarações no debate quinzenal e, depois, no debate

sobre o Conselho Europeu sobre esta matéria e, portanto, esta matéria é extramente controvertida e ninguém tem presente quais os factos que estão relativamente solidificados.

Foi nesse sentido que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um pedido de auditoria externa e independente. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz do Sr. Deputado Jorge Lacão, entendeu que essa questão das dificuldades técnicas e das dificuldades inerentes à aferição ou à boa aferição dos factos poderia ser ultrapassada com a colaboração dos técnicos da UTAO e nós não nos opusemos porque, em primeiro lugar, a nossa postura, a nossa atitude, nesta Comissão de Inquérito é a de colaboração na descoberta da verdade e a de tentar fazer com que esta Comissão de Inquérito seja o menos possível o que algumas do passado já foram, isto é, como meras armas de arremesso político.

Nesse sentido, demos o nosso assentimento a essa proposta, com algumas alterações, que o Sr. Deputado Luís Marques Guedes, na altura, enunciou e que foram aceites pela maioria dos Deputados aqui presentes.

Foi dito, também, nessa altura, que não havia memória de ter havia qualquer auditoria externa e independente.

Ora, nós fizemos o nosso trabalho de casa e, apenas, referindo-me a comissões de inquérito da passada Legislatura, tenho a dizer o seguinte: houve uma auditoria externa e independente na Comissão Parlamentar de Inquérito de Camarate, que foi realizada, a pedido do Fundo de Defesa Militar do Ultramar, pela IGF; na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BES, como sabem, houve uma auditoria forense que foi pedida pelo Banco de Portugal; na I Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, ainda na Legislatura anterior, houve uma auditoria externa solicitada, então, pelo Dr. Miguel Cadilhe, quando era responsável por esse banco; na II Comissão Parlamentar de Inquérito do BPN, os cenários de possibilidade de destino do BPN foram estudados pela Roland Berger, estudos que, na altura, até foram

famosos pelo custo que tiveram; na Comissão Parlamentar de Inquérito à *swap* existiu uma auditoria independente externa, feita pelo IGCP; na Comissão Parlamentar de Inquérito aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo existiu uma auditoria externa feita pela IGF.

Portanto, ao contrário da ideia que se tentou passar, a realização de auditorias, que vão coadjuvar e vão auxiliar o trabalho dos Deputados numa Comissão Parlamentar de Inquérito, faz parte de uma tradição – e citei aqui seis casos – que tem vindo a firmar-se na realização destes inquéritos parlamentares.

Como tal, a nossa proposta não era uma proposta desusada, não era uma proposta pioneira, nem sequer era inovadora, já que correspondia a uma tradição.

Noutros casos, se não foi preciso pedir auditorias em comissão, foi porque outras entidades fizeram, exatamente, esse trabalho. Mas se, agora, não há ninguém, se o Governo não pede uma auditoria, se entidades que dependem do Governo não pedem uma auditoria, se o Banco de Portugal não pede uma auditoria, se ela não está pedida por nenhuma das entidades que, eventualmente, teria a responsabilidade de o fazer, então, os Deputados e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em particular, não se devem furtar ao que nos parece ser um instrumento fundamental do seu dever num inquérito parlamentar, qual seja o de, adjacente ao trabalho desta Comissão, fazer uma auditoria externa e independente.

Portanto, queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para este assunto, que não é de somenos importância.

Mais: tivemos acesso à informação de que o Partido Socialista enviou a todos os seus militantes um conjunto de documentos – que tenho aqui na minha mão –, que são públicos, porque foram enviados por *e-mail* para os militantes e dirigentes do Partido Socialista, sobre o BANIF. São várias páginas de factos que o Partido Socialista considera firmados, ou seja,

usando uma linguagem processual, é, quase, um despacho saneador feito pelo Partido Socialista sobre matéria que considera provada.

Do ponto de vista político, em nome do Grupo Parlamentar do PSD considero que esta é uma atitude que nos oferece as maiores dúvidas. E porquê? Porque estamos no início destes trabalhos. Nós estamos aqui nesta Comissão para tentar apurar a verdade, para saber o que é que se passou. Já temos um conjunto de versões contraditórias, controvertidas sobre os mesmos factos e o Partido Socialista entra, logo no início dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dizendo aquilo que se passou, oferecendo aos seus militantes, portanto oferecendo publicamente, uma visão que, atrevo-me a dizer, a ser levada a sério, até tornaria inútil e ociosa a realização dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ou seja, o Partido Socialista já tem as conclusões. Já tem uma espécie de protótipo de relatório, o que me parece uma atitude negativa e exatamente contrária à que se deve ter numa Comissão Parlamentar de Inquérito e à que tem o Partido Social Democrata. No PSD estamos abertos às várias considerações, às várias visões, queremos consultar os documentos, queremos perceber os factos, queremos ouvir os intervenientes e, então, sim, estaremos em condições de dizer quais são as nossas conclusões e qual a nossa versão dos factos.

O meu medo e o do Grupo Parlamentar do PSD é que a maioria e o rolo compressor da maioria – que, infelizmente, já se fez sentir aquando da apresentação do pedido de auditoria externa e independente por parte do Grupo Parlamentar do PSD – venha a fazer com que estes documentos enviados aos militantes do Partido Socialista, que são uma espécie de conclusões adiantadas, possam vir a ser a verdade tida e aceite por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, graças a esse tal rolo compressor da maioria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, vejo que o Deputado Carlos Abreu Amorim agora também quer estender as auditorias ao argumentário interno usado pelos partidos. Se calhar, também podíamos pedir os argumentários que o PSD apresentou ou, certamente, terá apresentado aos seus militantes nos últimos três anos sobre o sucesso do ajustamento no segundo pilar do nosso programa de ajustamento no setor bancário.

Se o Sr. Deputado quer inaugurar uma nova modalidade no Parlamento que é a de os próprios Deputados se pronunciarem sobre argumentários internos dos partidos... Sr. Deputado, penso que não quererá entrar por aí! Acho que todos os partidos têm toda a legitimidade para apresentar aos seus militantes os argumentários que bem entenderem.

Estranho seria se os partidos enviassem aos seus militantes o seguinte argumento: mantemos em suspenso todos os nossos argumentos até que finde a Comissão de Inquérito e aí, sim, apresentaremos as conclusões finais. Portanto, Sr. Deputado, um pouco de tino, por favor!

Por outro lado, é revelador que, de todas as auditorias e todos os alegados exemplos de auditorias que o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim aqui referiu, não haja uma única, repito, uma única, solicitada pela Comissão de Inquérito e pelos próprios Deputados!

Portanto, Sr. Deputado, usando a expressão que utilizou no início de «desbravar novos caminhos», a exposição que acabou de fazer de exemplos de auditorias que estariam disponíveis a uma comissão de inquérito, mostra exatamente que quem quer aqui inovar e fazer uma coisa diferente, que nunca foi feita, é o Sr. Deputado e o PSD, porque os exemplos que deu provam exatamente o ponto de que quem tem chumbado as auditorias.

As auditorias por si referidas eram auditorias que estavam à disposição da comissão de inquérito. Vou dar-lhe um exemplo: referiu uma suposta auditoria nos *swap*, mas não era auditoria nenhuma. Tratou-se de uma consultoria paga, com muitos milhões, para auxiliar o Ministério das Finanças no processo de renegociação dos *swap* pedida pela anterior Ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque. Não foi uma auditoria aos *swap*! Foi o Ministério das Finanças que requereu consultoria especializada para auxiliar o Ministério das Finanças na negociação dos *swap* e, obviamente, essa consultoria especializada produziu um documento no qual fazia a análise dos *swap*.

Portanto, os exemplos que aqui deu, ao contrário do que pretende, funcionam contra a sua argumentação e não a seu favor.

Por outro lado, todas as auditorias que aqui referiu são auditorias específicas que vão no sentido do que PS, PCP e Bloco de Esquerda já referiram, ou seja, se os Deputados desta Comissão entenderem, em algum momento, que é necessário um trabalho especializado para apurar, considerar, avaliar, o que seja, matérias específicas e concretas no âmbito do inquérito do trabalho destes Deputados, esses estudos, pareceres, relatórios especializados serão pedidos como meros auxiliares do trabalho destes Deputados e desta CPI. Nunca se pedirá, como pretende e como tem sido o pedido do PSD, uma espécie de relatório geral que, na prática, mimetiza e substitui o trabalho desta Comissão.

Da parte do Partido Socialista, repetimos, o que sempre temos dito: em primeiro lugar, todos os exemplos aqui apontados pelo Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim funcionam contra a sua argumentação e não contra a argumentação que o Partido Socialista tem avançado.

Em segundo lugar, é exatamente por o Partido Socialista respeitar esta Comissão e o seu trabalho que chumbaremos pedidos de auditorias que pretendam substituir o nosso trabalho. Se o Sr. Deputado não se dá ao



respeito e se considera que o trabalho dos Deputados do PSD não merece respeito, porque é mera politiquice e tem de ser aditivado com um trabalho técnico, que lhe dê uma espécie de credibilidade que o trabalho dos Deputados não tem, então o Partido Socialista estará aqui para defender a honra não só do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do PCP, mas também, já agora, a honra dos Deputados do PSD que, pelos vistos, não o preocupa e cujo trabalho nesta e noutras comissões nos merece todo o respeito.

Em terceiro lugar e, na nossa opinião, o argumento mais importante de todos é que o Sr. Deputado não pode querer substituir o trabalho, o inquérito desta Comissão e destes Deputados, por uma simples razão: nós, ao contrário de entidades que poderiam fazer uma auditoria externa, temos poderes que essas entidades não têm. Por exemplo, o sigilo bancário não nos é oponível.

Na semana passada, o Sr. Deputado veio dizer que tínhamos medo da verdade e eu devo dizer que é o contrário, ou seja, que é por não termos medo da verdade que queremos dar todo o espaço aos Deputados, a todos os Deputados, inclusive a si, Sr. Deputado, e aos Deputados do seu partido e do CDS-PP para que, ao contrário de entidades externas, às quais estão vedadas certas informações pelo sigilo bancário e por outras limitações que estes Deputados e esta CPI não têm, dando liberdade total e tempo suficiente, esta Comissão de Inquérito e estes Deputados façam os inquéritos que entenderem, solicitem a informação que considerem relevante e, em momentos em que considerem haver necessidade de trabalho especializado, requererem com o apoio da UTAO esse mesmo trabalho especializado.

É o senhor quem tem de explicar por que razão, em primeiro lugar, não confiam na Comissão de Inquérito e acham que esta, ao contrário de todas as anteriores, não é adequada para apurar a verdade; em segundo lugar, por que consideram que, de uma forma inédita e nunca existente em

nenhuma comissão de inquérito, esta Comissão de Inquérito deve pedir auditorias e não, como sempre se fez, ser ela própria a fazer o inquérito; e em terceiro lugar, como é que ultrapassavam o facto de estes Deputados e de esta Comissão de Inquérito terem muito mais poder do que qualquer entidade que pudesse fazer essa auditoria, nomeadamente pelo facto de não nos ser oponível o sigilo bancário, que, como o Sr. Deputado bem sabe, uma vez que participou em várias comissões de inquérito nesta área, é uma matéria da maior importância e que se tiver a cargo destes Deputados e desta Comissão de Inquérito poderá ser muito mais aprofundada do que se tivesse a cargo de qualquer outra instituição.

O Partido Socialista, perante isto, fará o que sempre fez: chumbar um requerimento que é achincalhante para o Parlamento, para a Comissão de Inquérito e para os Deputados e também para o próprio Grupo Parlamentar do PSD. Sei que não o preocupa autoachincalhar-se e achar que o Sr. Deputado e o seu partido não fazem um trabalho adequado e que, portanto, precisam de ajuda externa, mas nós consideramos que estes Deputados fazem um trabalho adequado, como o que foi feito no passado, e que devemos continuar a apostar na qualidade do trabalho dos Deputados, de todos os Deputados.

Se o Sr. Deputado tem um entendimento diferente, explique detalhadamente por que é que a sua auditoria não é uma mera chicana e um incidente totalmente desnecessário e por que é que não devíamos continuar a fazer como fizemos em todas as outras CPI, ou seja, deixar os Deputados trabalhar, pedir os documentos e as informações que quiserem, fazer as audições com competência, como sempre fizemos no passado, aliás, como sempre disse o PSD que enalteceu o trabalho feito por todas as comissões de inquérito até agora.

É por isso que estranhamos este novo pedido, esse, sim, excêntrico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, primeiro, gostaria de saber se o pedido já deu entrada e qual é o âmbito do pedido feito pelo PSD, esperando, honestamente, que não seja a repetição, pela terceira vez, do mesmo requerimento chumbado, porque isso já está a roçar o ridículo, Sr. Deputado, aliás, até acho que pode mesmo ser contraproducente para os objetivos do PSD, porque quem está a ver isto a acontecer começa a perceber que o PSD não está interessado nos trabalhos da Comissão, mas, sim, em criar um instrumento político para descredibilizar a Comissão.

Não é do meu interesse dar conselhos ao PSD, sou-lhe sincera, mas pode estar a começar a ser contraproducente para os próprios interesses do PSD.

Em segundo lugar, gostaria de fazer uma correção: por mais que gostemos de deixar a paternidade ou a maternidade de más ideias ao PS, também gostamos de ter a paternidade e a maternidade das boas ideias. A possibilidade de ter a UTAO a trabalhar em permanência, com técnicos que nos possam auxiliar com tarefas específicas, é uma proposta feita pelo PS, pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda em conjunto.

Em terceiro lugar, o que o PSD está a dizer é que não confia na Comissão de Inquérito e, por isso, quer contratar uma «comissão de inquérito» independente e externa. É exatamente isto que está a ser dito!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nada disso!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Aliás, a prova de que está a dizer isto é que usa como argumento um argumentário político que o PS apresentou.

Mas, se fôssemos falar sobre argumentário, também gostaria de questionar os delírios que o Deputado Pedro Passos Coelho disse sobre o BANIF recentemente em público, porque também é uma versão política sobre o que aconteceu no BANIF, e nem por isso acho que a Comissão de Inquérito não pode tirar conclusões que são factos e cada partido tira a sua conclusão política sobre isso mesmo. Isto aconteceu no BES! Nunca houve uma auditoria à resolução que foi feita ao BES.

Aliás, tenho uma versão e uma opinião muito diferentes sobre essa resolução das que o Sr. Deputado tem, mas isso não me impede de dizer que a Comissão de Inquérito ao caso BES foi a melhor que esta Assembleia da República já viu. Com versões diferentes sobre os mesmos factos, sem nenhuma auditoria independente.

**O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD):** — Houve uma auditoria forense.

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — Em último lugar, os exemplos que o Sr. Deputado deu para justificar uma auditoria externa têm erros propositados para induzir as pessoas em erro.

Passo a explicar porquê: a maior parte dessas auditorias não foram pedidas pelas comissões de inquérito, foram pedidas pelas instituições e vieram juntamente com a documentação...

**O Sr. Carlos Abreu Amorim (PSD):** — Mas eu disse isso? Por acaso a de Camarate foi!

**A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE):** — E a dos *swap* também, mas lá chegarei!

Portanto, essas auditorias foram pedidas e vieram com os documentos que foram pedidos pela comissão de inquérito.

Ora, muito bem, está aqui a lista de documentos que a Comissão de Inquérito pediu, e ainda não está completa, e nela constam auditorias. Vamos ver o que traz, em termos de auditorias, e pode ser que se surpreenda e que esteja lá até alguma coisa importante do ponto de vista de auditorias externas.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.*

Eu pedi, ainda não recebi nada e não gosto de tirar conclusões antecipadas; a não ser que o Sr. Deputado queira fazer uma auditoria externa às minhas intenções relativamente às conclusões antecipadas que não quero tirar da Comissão de Inquérito.

Em segundo lugar, houve dois casos em que as comissões de inquérito pediram auditorias: uma, foi no caso dos *swap*. Eu própria participei nessa comissão e participei no pedido de auditoria, em que se pediu ao IGCP para fazer uma avaliação, assim como também foi pedido à UTAO para fazer uma avaliação orçamental do impacto. Percebeu-se que não tínhamos condições para analisar o impacto orçamental e pediu-se à UTAO que nos mandou um documento.

O mesmo aconteceu nas comissões de inquérito aos submarinos e ao caso Camarate, mas há uma coisa em comum: primeiro, foi identificado um problema e depois foi contratada uma instituição pública para o resolver; não foi dito que era necessário fazer uma auditoria generalizada, a tudo, contratada com uma instituição privada antes, sequer, de recebermos documentação.

Sr. Deputado, acho que está na altura de admitirmos que a proposta não faz sentido, recebermos os documentos, percebermos qual é a ajuda que a UTAO pode dar, em termos de ajuda especializada e técnica independentes, e, depois, voltarmos a falar sobre isto, talvez, mais à frente nos trabalhos.

Espero que seja esta a última vez que discutimos o terceiro requerimento igual do PSD. Não faz nenhum sentido!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Agora, não faz sentido, mas fará sentido mais à frente!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, é lamentável que o PSD, invocando a necessidade de não utilizar a Comissão de Inquérito como arma de arremesso político, esteja a fazer tudo para a utilizar como arma de arremesso político, começando por tentar desacreditar a Comissão, criando a ilusão de que, se a Comissão de Inquérito não iniciar os seus trabalhos, solicitando uma auditoria externa em regime de *outsourcing* a uma empresa privada, ela não é credível.

Sr. Deputado, lamento lembrá-lo de que a própria auditoria forense realizada junto do Banco Espírito Santo, que acabou de citar como argumento a favor da sua proposta, não foi, sequer, divulgada durante os trabalhos da Comissão de Inquérito...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foi, foi!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, foi apenas divulgada uma das seis tranches da auditoria forense.

*Protestos do PSD e do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, têm de criar condições para o Sr. Deputado Miguel Tiago possa continuar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Também relembro os Srs. Deputados do facto de a auditoria forense ter sido solicitada pela entidade que, em Portugal, fiscaliza a atividade bancária, Banco de Portugal, e que a Comissão de Inquérito não apura responsabilidades civis ou criminais dos gestores bancários; apura responsabilidades políticas! E nenhuma Ernst & Young, ou nenhuma Pricewaterhouse, ou nenhuma KPMG vem dizer aos Deputados comunistas quais são os factos políticos relevantes sobre os quais deve incidir o apuramento de responsabilidades. Nenhuma!

Nem o PCP aceita – aliás, julgamos que é inaceitável – que o PSD queira que uma comissão de inquérito comece os seus trabalhos com o âmbito limitado por uma auditoria externa, que iria, certamente, condicionar o âmbito dos trabalhos e, até, o prisma pelo qual os diversos Deputados iriam olhar para os resultados dessa auditoria.

Portanto, pela forma como se propõe recorrer a entidades externas, pela forma como se propõe limitar o âmbito da investigação do inquérito, pela forma como se pretende confundir responsabilidades civis e criminais de gestão com responsabilidades políticas, por todos estes motivos, entendemos que não faz nenhum sentido a proposta do PSD.

Mas, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim e Srs. Deputados do PSD, se pedíssemos uma auditoria externa de cada vez que há depoimentos contraditórios em comissões de inquérito, não fazíamos outra coisa!... E esse foi o principal argumento do PSD: «bem, tendo em conta que há contradições, temos de pedir uma auditoria externa!». Mal estaríamos, Sr. Deputado, se, de cada vez que há contradições nos depoimentos, tivéssemos de pedir uma auditoria externa, porque não haveria Orçamento do Estado suficiente para pagar às empresas de auditoria para as realizarem.

Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim e Srs. Deputados do PSD, presumo que não haja uma proposta concreta, que foi apenas mais um elemento daquilo que dizem não querer fazer, de chicana política.

Portanto, partindo do pressuposto de que não há uma proposta concreta – pelo menos, até agora não apareceu –, acho que já valorizámos demais esta discussão que, talvez, devesse ser arrumada perguntando, exatamente, o que é que propõem para que possamos avançar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, antes de ser arrumado pelo Sr. Deputado Miguel Tiago, usando a expressão que utilizou agora, gostaria de dizer alguma coisa e arrumar-me a mim próprio o melhor possível.

Em primeiro lugar, sobre o muito que foi dito pelo Sr. Deputado João Galamba, limitar-me-ei a dizer o seguinte: na X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, a auditoria foi pedida pela Comissão.

Não passa pela cabeça de ninguém, que seja sério e que queira ser minimamente rigoroso, dizer que, quando existe matéria controvertida e quando se tenta fazer com que os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito tenham um caminho aplanado desde o início, pedir o auxílio de entidades externas independentes para o apuramento dos factos e para que esses factos sejam efetivamente firmados é uma desautorização ou até um achincalhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito e dos Deputados que a formam. Não faz sentido nenhum! Não faz sentido nenhum!

*Protestos do Deputado do PS João Galamba.*



Aliás, em Camarate, foi a própria Comissão Parlamentar de Inquérito que pediu a auditoria...

*Protestos do Deputado do PS João Galamba.*

Eu gostaria de poder continuar, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, por favor, ter alguma moderação para o Sr. Deputado poder continuar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, em Camarate foi a própria Comissão Parlamentar de Inquérito que pediu a auditoria ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar sobre os factos que estavam controvertidos...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas era sobre Camarate, em geral, ou sobre um problema em particular?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Era sobre o problema de Camarate, como é evidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço um instante da vossa atenção, por favor.

Srs. Deputados, essas interrupções não são perceptíveis por quem nos está a ver...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — São táticas!

O Sr. **Presidente**: — Elas não são ouvidas, não são percebidas e, portanto, pedia-lhes que, sem prejuízo naturalmente de apartes, que são

naturais, não houvesse interrupções que façam com que ninguém perceba do estamos a falar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como dizia, muito curiosamente, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, este auxílio externo, que foi pedido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, foi votado por unanimidade e não passou pela cabeça de ninguém dizer que era um achincalhamento, que era um cerceamento, que era uma limitação dos poderes dos Deputados, da dignidade dos Deputados e do Parlamento em geral. Não faz sentido nenhum!

Estamos aqui, Meus Senhores, e, no fundo, os portugueses que nos estão a ouvir sabem perfeitamente aquilo que está aqui em causa: se estamos interessados em fazer com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha um trabalho que seja efetivo, valorado e consequente, ou se vamos, pura e simplesmente, andar aqui a travar razões e a arremessar argumentos de um lado para o outro.

Mas, neste momento, tenho de voltar a fazer a pergunta, que já fiz na passada reunião aos Srs. Deputados do rolo compressor do Partido Socialista e dos partidos que suportam o Governo: de que é que têm medo? Porquê esta reação, quase diria epidérmica, a uma auditoria externa que foi feita noutras ocasiões, noutras comissões parlamentares, por vezes pedidas por outras entidades e, por vezes, pedidas pelas próprias comissões parlamentares de inquérito?

É que, em política, como se costuma dizer: o que parece é! E o que parece é que há partidos, há aqui grupos parlamentares, que não querem um auxílio para o apuramento dos factos. É isso que está em causa! Estão mais interessados em tirar conclusões adiantadas, predeterminadas e em fazer com

que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja uma espécie de caixa-de-ressonância daquilo que já está determinado, designadamente pelo partido do Governo, do que analisar os factos, por forma a que, em todas estas matérias controvertidas, na medida do possível, os Deputados possam ter um auxílio que faça com que o seu trabalho seja sério e politicamente consequente.

Portanto, volto a perguntar: de que é que têm medo? O que é que querem esconder? É isto que está em causa neste pedido de auditoria externa que o Grupo Parlamentar do PSD voltará a fazer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas já deu entrada algum requerimento?

O Sr. **Presidente**: — Bom, aliás, era o que ia perguntar.

Estamos a tecer uma discussão, legítima, aliás, que não incide ainda sobre nenhuma proposta...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, posso intervir? É que tenho aqui a proposta...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não sei se este anúncio de que haverá uma nova proposta vai suspender os pedidos de palavra que estão solicitados, mas, desde já, anuncio que estão inscritos os Srs. Deputados João Galamba, Miguel Tiago e Jorge Lacão.

Pergunto se pretendem intervir ou se preferem aguardar que a proposta seja distribuída?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas eu posso explicar, Sr. Presidente, porque é que ainda não apresentei a proposta.

O Sr. **Presidente**: — Um momento, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, agora já não é bem uma intervenção, é uma espécie de interpelação sobre a condução dos trabalhos.

Se o PSD tem uma proposta que quer apresentar à Comissão e, pelos vistos, para além do «número», também traz uma proposta para suportar o «número» ou a habilidade, como queiramos chamar, que a faça chegar pelas vias normais, que a entregue na Mesa, que a Mesa a faça distribuir para que os grupos parlamentares a possam ponderar, e, depois, em devida altura, tomar posição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Só para dizer ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim que não temos, obviamente, medo nenhum e dizer-lhe que, por exemplo, todos aqueles exemplos que referiu funcionam contra o pedido do PSD, a não ser que tenham alterado agora e seja diferente, e que a auditoria inicial que os senhores propuseram era uma auditoria genérica que, basicamente, se sobrepunha ao próprio objeto da Comissão.

Assim, gostava de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim se dessas auditorias, que tanto o estão a entusiasmar, que foram pedidas no passado, há alguma cujo objeto seja o mesmo do da Comissão de Inquérito respetiva. Essa que referiu agora...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É diferente!

O Sr. **João Galamba** (PS): — É que a sua era igual! É que a sua, que nós chumbámos, era igual!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não era nada!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, gostava que o Sr. Deputado nos explicasse um bocadinho melhor, por exemplo em Camarate, se a auditoria solicitada foi, em primeiro lugar, antes da Comissão de Inquérito de Camarate começar e se o objeto era sobre Camarate, em geral, ou se era sobre um aspeto técnico concreto do tema Camarate. E, se for isso, então, enquadra-se exatamente naquilo que PS, PCP e Bloco de Esquerda referiram, ou seja, que, sempre que for necessário, no âmbito do inquérito conduzido por estes Deputados, uma análise, uma auditoria, um relatório, o que quer que seja, sobre um aspeto técnico específico, estes Deputados irão pedir essa análise.

É que me parece que essa auditoria, que tanto o entusiasmo, se enquadra exatamente naquilo que estou a dizer que estes Deputados querem pedir e exatamente no contrário do que o Sr. Deputado do PSD, até agora, tenha proposto. Isto a não ser que, com o entusiasmo todo por estes «números» e estas acrobacias com a auditoria externa, tenha reformulado, outra vez, o seu pedido.

Portanto, se calhar, era melhor, para a boa condução dos trabalhos, o Sr. Deputado ler em voz alta o pedido que faz para percebermos se mudou alguma coisa face à última vez, ou se insiste no mesmo «número».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim faz intenção de ler o requerimento, para benefício da

dinâmica dos trabalhos, preferia ouvir a leitura primeiro para poder usar da palavra com mais fundamento do que agora.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, como é que pretende fazer?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, a razão pela qual o requerimento não foi ainda apresentado, foi em obediência à velha máxima escolástica – foi um esforço benigno, é certo, e, talvez, como se viu, até, se calhar, um bocadinho ingénuo – que da discussão nascesse a luz.

O que o Grupo Parlamentar do PSD quis fazer foi tentar chamar a atenção dos Srs. Deputados do Partido Socialista e dos grupos parlamentares que suportam o Governo, com tanto desvelo e fervor nesta Comissão de Inquérito, de que não faz qualquer sentido recusar uma auditoria externa independente.

Já na reunião passada nos tínhamos disponibilizado para reduzir o objeto do nosso requerimento, uma vez que o argumento principal com o qual se queria objetar a realização desta auditoria – embora os argumentos tenham vindo a suceder-se e tenham vindo a ser moldados à medida que o tempo passa – era o tempo.

Nós somos sensíveis a esse argumento! Nós não queremos uma auditoria que demore tanto ou mais tempo do que aquele que é previsível que os nossos trabalhos venham a demorar. E, portanto, reduzimos o objeto aos pontos que nos parecem ser essenciais.

#### *Protestos do PS.*

Não, os senhores usaram esse argumento várias vezes! Tenho aqui, inclusivamente, as atas do Plenário em que foi dito que «o que os senhores

querem é perder tempo!» Aliás, não deixa de ser curioso, mais uma vez, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua tenha vindo aqui, novamente, objetar contra a realização de uma auditoria externa, quando já lhe foi recordado, aqui, nesta mesma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, no Plenário, a Sr.<sup>a</sup> Deputada garantiu que iria apresentar um pedido de auditoria externa independente, coisa que não fez, e refugiou-se no requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Lacão, que é completamente diferente do que uma auditoria externa independente...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não quer aceitar que eu assinei esse requerimento?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas enfim...!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Continua com essa ideia?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Continuo com essa ideia e continuo com a ideia de que o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse, em Plenário, foi completamente desmentido pela sua atuação aqui na Comissão de Inquérito.

De qualquer forma, tenho aqui um requerimento para apresentar ao Sr. Presidente, com três pontos que são muito sucintos, muito objetivos, muito claros, e que dizem respeito à realização de uma auditoria externa para esclarecimento do que nos parece ser fundamental na matéria que, para já, é absolutamente controvertida e sobre a qual existe grande confusão.

O nosso objetivo é auxiliar a tarefa dos Deputados, obviamente, e não o de pôr os Deputados a aceitarem, digamos assim, como disse o Sr. Deputado Miguel Tiago, o *outsourcing* feito por uma empresa privada, porventura tenebrosa e sinistra, e que viria aqui condicionar os Deputados e

fazer um conjunto de outras malfeitorias que não sei, exatamente, de onde é que o Sr. Deputado foi buscar essa ideia.

É um mero auxílio, é um esforço benigno, responsável e apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD de boa-fé. E se os Srs. Deputados estiverem de boa-fé e quiserem também a descoberta da verdade, com certeza que não vão objetar àquilo que está contido neste requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, perante o anúncio da apresentação do requerimento, a questão que se coloca é a seguinte: se houver consenso de todos os grupos parlamentares, ele poderá ser discutido de imediato; não havendo, ele será distribuído e agendado para a ordem dos trabalhos da próxima reunião.

Portanto, peço que os Srs. Deputados se pronunciem sobre este ponto para saber que andamento damos aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, acho lamentável aquilo a que temos estado aqui a assistir. Todos temos a oportunidade de, nos trabalhos desta Comissão, exercer os direitos que temos e de nos pronunciarmos politicamente sobre isso.

Portanto, vou, muito simplesmente, dizer aquilo que, da parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, é evidente: nenhum elemento que possa ajudar ao esclarecimento dos factos, que são objeto desta Comissão, e todas as oportunidades que tivermos de poder acrescentar algo ao acervo desta Comissão, para que os factos apurados sejam trabalhados por esta Comissão, não devem ser desprezadas.

Por outro lado, a rejeição do que quer que aqui seja apresentado, por algum grupo parlamentar, não limitará o Grupo Parlamentar do CDS-PP a trabalhar nesta Comissão para apurar toda a verdade, porque entendemos que



a forma como o BANIF foi resolvido foi totalmente – e tiramos já essa conclusão – ao arrepio do que era o bom escrutínio de uma decisão com tanta responsabilidade, que o peso que essa decisão tem nos contribuintes vai também ao arrepio do que poderia ter sido o enquadramento tomado naquele momento, e que foi uma decisão fechada em que, sabemos, cada entidade responsável atribui a culpa a outra.

Aliás, nem precisávamos sequer de fazer a primeira reunião desta Comissão, pois, já na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa ouvimos o Sr. Governador do Banco de Portugal dizer que foi acionado para desenvolver um processo de resolução e ouvimos o Ministro das Finanças dizer que não deu nenhuma instrução ao Banco de Portugal, que o Banco de Portugal é que é a entidade independente de resolução.

A Sr<sup>a</sup>. **Mariana Mortágua** (BE): — É por isso que há a Comissão de Inquérito!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, só isto já é suficientemente grave para perceber o momento em que as coisas se passaram, quem é que são os atores desse momento, o que é que nós aqui queremos esclarecer e é por isso que o Grupo Parlamentar do CDS-PP aqui se debaterá.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, tudo isto é muito estranho.

Gostaria de dizer, como questão prévia, ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, que já o ouvi dizer, mais do que uma vez, referindo-se a Deputados

deste lado da mesa, e, portanto, também a mim, o seguinte: os Deputados que apoiam o Governo pensam, ou fazem isto, ou aquilo...

Sr. Deputado, e quero que leve isto a sério, por favor, eu fui indicado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista para estar nesta Comissão, mas interpreto, inteiramente, o estatuto de Deputado em Comissão de Inquérito, sendo que a minha posição aqui é autónoma; não é de apoio, nem de desapoio em relação a nenhum Governo! A minha missão aqui é a de concorrer para o apuramento da verdade que nos possa esclarecer todas as implicações de natureza política, financeira e outras de eventual responsabilidade que possam estar subjacentes à questão.

Portanto, seria bom que todos nós não nos considerássemos como Deputados pré-alinhados em relação ao apuramento da verdade que aqui nos traz.

Dito isto, porque acho ser uma questão de dignidade para todos nós, queria sublinhar o seguinte: o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim não propôs nenhuma auditoria em sentido próprio, porque uma auditoria tem de ter um objeto previamente delimitado – aliás, o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim na exposição anterior não fez a leitura do texto – e o que aqui está no requerimento já distribuído são alguns propósitos para o tema.

Sr. Deputado, decidimos na reunião anterior que requereríamos com reconhecimento pelo constrangimento dos trabalhos do Orçamento – que é, aliás, um constrangimento também para o funcionamento da Comissão – o concurso técnico dos técnicos da UTAO, também mediante o consentimento, como a lei determina, do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Não está demonstrado, que há medida que estes trabalhos evoluírem, o trabalho técnico de assessoria que nos possa ser prestado pelos técnicos da UTAO não possa resolver, ou concorrer para resolver em assessoria técnica, as questões que o Sr. Deputado aqui levanta.

Um princípio que nos é exigível é o princípio da parcimónia dos gastos públicos. Se temos ao nosso alcance uma assessoria tecnicamente habilitada que ainda não demonstrou não poder responder às questões, que, eventualmente, tenhamos para lhe formular, vir fazer uma qualquer iniciativa de contratação externa é apenas quebrar esse princípio da parcimónia dos gastos públicos. Não faz qualquer sentido.

Sr. Deputado, tenho de alegar, como aleguei na reunião anterior onde chamei a atenção para o seguinte: uma auditoria externa feita por uma entidade privada implicaria que ela pudesse para ser útil...

O Sr. **António Leitão Amaro** (PSD): — Onde é que leu que era privada?

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Lá chegaremos.

Dizia eu, para poder ser útil relativamente à sua função, deveria ter competência tutelar em relação a entidades que pudesse avaliar, nomeadamente na órbita das entidades reguladoras, à cabeça das quais, em Portugal, está o Banco de Portugal, e é manifesto que isso não pode acontecer.

Nenhuma auditoria externa, para além da nossa própria competência, e, muito menos, por entidade terceira, particular, pode fazer auditoria a um regulador com estatuto independente e, conseqüentemente, temos de ser prudentes naquilo que vamos procurar fazer.

Só à medida do desenvolvimento dos nossos trabalhos, obtendo documentação relevante, que agora vai ser pedida, e esclarecimentos em relação às pessoas que queremos ouvir, poderemos vir a precisar das assessorias técnicas e poderemos, posteriormente, concluir que aquela assessoria técnica, de que imediatamente dispomos, não dá respostas cabais aos problemas que se nos colocam e, nessa altura, sim, teremos de decidir,

com toda a cautela, se poderíamos apurar algo mais e por que entidade institucionalmente capaz é que isso poderia ser feito. Nada disto, neste momento, é suscetível de resposta da nossa parte.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, não é por fugir à intenção de buscar a verdade; é exatamente com o propósito manifesto de buscar a verdade e a utilidade dos trabalhos que estas vossas propostas, à medida que continuam a insistir nelas, apenas estão a contribuir para retardar o normal desenvolvimento dos trabalhos da Comissão. Foi isto que disse na primeira intervenção que fiz na reunião anterior e é isto que agora reitero.

Assim, suponho que este vosso requerimento, mais uma vez, não pode ser aceite; não pela Mesa, mas pelo plenário da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, presumo que, como a discussão está a ter lugar, votaremos o requerimento imediatamente a seguir.

Há outros dois requerimentos apresentados pelo PSD que não carecem de votação, porque estão já incluídos na deliberação que tomámos, uma vez que se trata de audições e de pedidos de documentação, que, aliás, já foram explicitados anteriormente.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dar nota de que, pela leitura que fazemos, apesar de o requerimento ter sido apresentado agora, esta proposta é completamente diferente de iniciais propostas de auditoria que partiram do PSD.

De facto, os três itens muito específicos, muito concretos que aqui são indicados, são âmbitos muito restritos, todos eles de grande importância que carecem, certamente, de um trabalho aturado desta Comissão. Sobre isso, não haja dúvidas.

Contudo, eu sugeria que o PSD retirasse este requerimento, uma vez que os documentos para que a Comissão possa ter acesso a estes processos, quer às manifestações de interesse de compra do BANIF, quer à evolução dos depósitos, quer à avaliação contabilística dos ativos transferidos para a Oitante, já foram solicitados por vários grupos parlamentares.

Portanto, Sr. Deputado, na sequência da avaliação que os grupos parlamentares vão fazer dos documentos, que já estão a ser solicitados, poderá haver necessidade de futuros aprofundamentos, mas não sabemos, porque ainda não tivemos acesso aos documentos.

Então, se houver essa necessidade, os grupos parlamentares são livres de buscar as formas que entendam para aprofundar o conhecimento sobre esses documentos e o PSD é, inclusivamente, livre de contratar uma auditora externa para fazer estudos por si. Cada um fará como entender...! Aliás, o PCP também fará como entender e, inclusivamente, nessa altura, depois de ter acesso aos documentos e de os ler, também poderá ponderar outras medidas com recurso à UTAO ou com recurso, enfim, aos meios que estiverem ao dispor desta Comissão.

Parece-nos que, apesar de delimitar âmbitos importantes, a proposta pode pecar por, em primeiro lugar, ser mais uma habilidade do PSD, que tentou insistir numa auditoria externa, fazendo crer que estávamos a falar do mesmo de que falámos no Plenário e na primeira reunião da Comissão, quando, afinal de contas é uma coisa que não tem nada a ver, porque é bastante mais compreensível, bastante mais limitada e sobre aspetos concretos do trabalho desta Comissão.

Ainda assim, sendo uma tentativa de saída airosa, sugeríamos que pudesse ser ponderada no desenvolvimento dos trabalhos, tendo em conta que os documentos que vão suportar a avaliação que cada grupo parlamentar vai fazer sobre estas matérias chegarão à Comissão após serem enviados os ofícios do Sr. Presidente para junto das instituições em causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao PSD por este requerimento, porque acho que ele vai ajudar mais a provar que não há aqui qualquer rolo compressor do que outra coisa e também vai provar ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim que, quando as propostas são razoáveis, há todo o espaço para a sua discussão.

Portanto, acho que este requerimento tem pontos interessantes que podem ser discutidos.

O requerimento apresenta três tópicos que podem ser alvo de uma auditoria externa, nomeadamente a questão da TVI nos interesses de compra, a evolução dos depósitos e rácios de capital e a avaliação contabilística dos ativos transferidos para ao Oitante – e acho esta particularmente importante –, aos quais eu acrescento dois tópicos hipotéticos, um que diz respeito a uma coisa que nós dificilmente temos a capacidade técnica de avaliar, que é o efeito dos ativos por imposto diferido – já, no passado, tivemos muita dificuldade em perceber o papel dos ativos por imposto diferido – e outro, que o Bloco de Esquerda já tinha avançado, que diz respeito às operações acima de um determinado montante, 1 milhão de euros, especialmente nos últimos momentos antes da resolução, para se perceber se houve, ou não, fugas de informação e/ou algum tipo de aproveitamento por parte de alguém.

A questão que se coloca aqui, parece-me, é saber que entidades são as mais indicadas para cada tipo de investigação que queremos fazer.

Em relação à notícia da TVI, penso, e acho que estou certa, que já foi feita uma queixa e que a CMVM estará a investigar. Então, acho que, primeiro, devíamos perceber se está, ou não, e, depois, se estiver, devíamos perceber em que ponto é que está para, depois, podermos agir.

Em relação à evolução dos depósitos e dos rácios de capital, acho que temos alguma capacidade para fazer isto tendo acesso aos balanços e, se não tivermos acesso, poderíamos acordar entre nós que recorreremos, primeiro, à UTAO e, depois, se não for suficiente, tentaremos encontrar uma outra entidade, de preferência pública – e esta sempre foi para nós uma questão muito importante – que nos possa auxiliar.

Sobre a avaliação contabilística dos ativos transferidos para a Oitante, acho que pode ser já adjudicada à UTAO, sendo que vamos ter de pedir estes dados. Tenho uma questão técnica que é: em termos de segredo bancário, e uma vez que esta carteira ainda está em negociação, pergunto como é que isto é feito e quais são os reais poderes da UTAO para o fazer.

Em relação aos ativos por imposto diferido, não sei se o centro de estudos da autoridade tributária, da autoridade fiscal...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Centro de Estudos Fiscais.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Exatamente. Não sei se o Centro de Estudos Fiscais não poderá elaborar um parecer ou uma auditoria sobre a questão dos ativos por imposto diferido, mas acho que era importantíssimo que isto pudesse ser feito.

Por isso, acho que para cada ponto devemos perceber a informação que chega e acho que podíamos ir adjudicando a entidades públicas, sabendo que temos a ajuda da UTAO. Acho que é um bom sentido de trabalho e, ainda que eu não tenha nenhuma metodologia específica, requereria ao PSD que tivesse atenção e compreensão para podermos aprimorar estas necessidades para, depois, fazermos os requerimentos específicos às entidades que acharmos mais indicadas para estas questões particulares.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD não estava à procura de uma saída airosa, mas estava à procura da descoberta da verdade.

Devo dizer que fiquei muito contente com estas últimas intervenções, porque, desde o início, dissemos que estávamos dispostos a negociar – aliás, o nosso objetivo na última reunião era, exatamente, negociar o objeto do requerimento, mas deparámo-nos com uma parede de objeções que inviabilizou qualquer hipótese de negociação – e, por isso reduzimos esse objeto ao mínimo, àquilo que nos parece ser, de facto, essencial.

Queríamos congratular-nos com as posições, em primeiro lugar, do CDS-PP e, também, do Bloco de Esquerda e do PCP sobre esta matéria e gostaríamos de dizer que julgamos que se avançou alguma coisa.

Penso que não era coerente, ou que não seria totalmente rigoroso, no requerimento, dizer quem seria a entidade responsável pela auditoria, isso seria dar um passo demasiado grande para o queremos atingir com este requerimento.

Queremos chamar a atenção para o facto de esta matéria ser, de facto, controvertida, e para que a ideia de que as conclusões ou a sanção não resultam de uma mera análise documental, porque temos visto interpretações completamente diferentes dos mesmos factos documentalmente transcritos e é isso que nos está a preocupar nesta Comissão de Inquérito.

Queria chamar a atenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua de que, para estes três blocos, chamemos-lhes assim, a UTAO vai estar ocupada nos próximos dois meses. Mais: tenho muitas dúvidas de que, mesmo depois da aprovação do Orçamento, na análise da execução orçamental, a UTAO não vá não ter meios para realizar este trabalho e, depois, nos venham dizer que



não é possível realizar este trabalho, porque a UTAO, pura e simplesmente, não tem meios e capacidades técnicas para estar a fazer outro tipo de trabalhos.

De qualquer maneira, queria dizer, em nome do PSD, que registo com muito agrado o facto de se ter percebido que isto não era um truque, que não era uma forma de estar aqui a fazer politiquice, mas que tínhamos uma intenção séria, de boa-fé, com responsabilidade e com rigor que é o que queremos que seja o apanágio desta Comissão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

**O Sr. Miguel Tiago (PCP):** — Sr. Presidente, não sei quanto aos outros partidos, mas o PCP hoje mesmo apresentou as suas propostas para a solicitação de documentos para apoio à Comissão e julgamos que os três itens aqui colocados estão inteiramente refletidos nessa solicitação.

Claro que podem subsistir dúvidas, após a leitura dos documentos que nos vão chegar, e, se assim for... Ainda assim, tenho muitas dúvidas de que uma auditoria externa independente seja, sequer, o mecanismo adequado, por exemplo, para compreendermos a avaliação contabilística dos ativos que transitaram para a Oitante antes e depois da resolução.

O PCP pediu hoje não só a listagem e a identificação dos ativos individualizadas, como o seu valor contabilístico antes e depois da integração na Oitante o que dá resposta integral ao ponto três do requerimento. Duvidamos que, mesmo que haja dúvidas nessas avaliações, uma auditoria externa independente as vá sanar. São dúvidas que vão, certamente, ser sanadas no campo político e não técnico.

Acho que está compreendido o âmbito do requerimento do PSD que, afinal de contas, não é para sanar depoimentos divergentes. Os senhores disseram que era para sanar depoimentos divergentes, porque uns

protagonistas políticos diziam uma coisa e outros diziam outra, que o Banco de Portugal dizia uma coisa e o Governo dizia outra, mas sobre estas matérias não houve depoimentos divergentes, portanto, afinal, não era para isso, é para outra mais reduzida, cujo valor o PCP reconhece.

Ainda assim, sugeríamos, novamente, que a forma taxativa como está apresentado o recurso a uma auditoria externa independente para três itens que podem, de facto, vir a precisar de aprofundamento, fosse agora retirado, que se aguardasse a chegada dos documentos, porque não sabemos se estas dúvidas vão, ou não, ficar sanadas com a chegada dos documentos a esta Comissão.

Portanto, sugeria que a forma como está aqui colocada pudesse ser, no futuro – obtidos e lidos os documentos solicitados pela Comissão –, visto qual o mecanismo mais adequado para aprofundar cada uma destas três vertentes que o PSD aqui coloca.

Se o PSD mantiver o requerimento, podemos votar. Isto pela parte do PCP, claro.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Lacão, tem a palavra.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de concorrer para o pleno esclarecimento do que está em causa. Nos três pontos apresentados pelo requerimento, o primeiro reporta-se às manifestações de interesse de compra do BANIF, vinculativas ou não.

Tanto quanto julgo saber, houve, nomeadamente uma fase de venda, chamada venda livre, do BANIF, para a qual concorrerem várias propostas de compra, todas elas por parte, evidentemente, de entidades privadas. Pergunto-me, e gostaria que os Srs. Deputados também pudessem refletir sobre isso, se podemos pedir a uma auditoria externa a avaliação dos interesses apresentados por entidades particulares.

Porque uma comissão de inquérito, nos termos da lei, avalia as responsabilidades da Administração Pública e do Governo e não propostas de negócios entre entidades particulares.

Portanto, é preciso ter muita cautela, para termos a noção do que podemos e do que não podemos. Assim, o primeiro ponto deste requerimento parece-me completamente crítico em relação à possibilidade de pretender que uma auditoria externa possa, eventualmente, fazer avaliações relativamente aos interesses de compra de entidades particulares.

Sr. Deputado, reportei-me à circunstância de ter havido entidades particulares, num processo de venda livre, o qual, portanto, não envolvia, se tivesse sido consumado, intervenção de entes públicos,...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Envolvia, envolvia!

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — ... aqui não há nenhuma distinção em relação a esses dois momentos, e poderíamos estar aqui a incorrer na pretensão de fazer avaliações a manifestações de interesse de particulares, o que seria completamente ilegítimas do ponto de vista das nossas competências. Disse, e repito, e talvez eu pisme se os Srs. Deputados do PSD tiverem dificuldade em compreender este meu argumento.

Em relação ao ponto 2 sobre a evolução dos depósitos e *ratios* de capital, creio que pedimos os documentos do BANIF e creio que, também, esperamos que a entidade de supervisão nos venha dar informação sobre como é que agiu na condição de supervisão na avaliação destes itens.

Como é que vou, neste momento, decidir que quero uma auditoria externa antes de saber se fico ou não satisfeito com a informação que a autoridade de supervisão e a própria administração do BANIF, à época, possam dar sobre estas matérias? Posso eu dizer que as informações que vierem a prestar à Comissão não são bastantes para que a Comissão retire

daí toda a ilação objetiva que entenda dever tirar? Neste momento não posso, em consciência, responder a este ponto.

Em relação ao terceiro ponto sobre a avaliação contabilística dos ativos transferidos para a Oitante, nós sabemos que a autoridade de resolução alguma avaliação contabilística fez, por isso lhes deu um determinado valor. Nós, porventura, neste momento, sabemos se essa avaliação contabilística, efetivamente feita, certa ou errada, melhor ou pior, teve alguma auditoria a suportá-la? E, nesse caso, viremos nós a poder dispor dos elementos dessa auditoria, entretanto feita? Ficaremos satisfeitos, se for o caso, com a auditoria que tenha sido subjacente à avaliação contabilística que, efetivamente, presidiu à transferência? Sabemos responder à pergunta neste momento? Não sabemos!

Portanto, volto a sublinhar o que disse há pouco: alguns pontos parecem-me manifestamente improcedentes, outros parecem-me manifestamente intempestivos. Assim, não é o momento de a Comissão, desde já, pedir uma auditoria externa, quando ainda não está em condições de saber se a avaliação, que puder fazer dos elementos que vierem a ser disponibilizados, é ou não suficiente para poder formular o seu juízo crítico.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, falta chegar a uma conclusão sobre o que fazemos à proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, eu poderia fazer considerações políticas abundantes sobre as duas intervenções do Sr. Deputado Jorge Lacão, mas porque considero que, de alguma maneira, alguma luz nasceu deste debate e desta discussão não o vou fazer.

Sublinharei, apenas, um aspeto relativo àquilo que disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua – e não sei se, provavelmente, não queria dizer

isto –, para que não fiquem aqui dúvidas, dizendo-lhe que no primeiro ponto do nosso requerimento o que está em causa não é tanto a notícia da TVI, mas as manifestações de interesse e aquilo que sucedeu a essas manifestações de interesse antes e depois.

Não sei se a redação não está exatamente como nós queríamos... Não é uma auditoria à notícia da TVI, mas, sim, uma auditoria relativamente às manifestações de interesse de compra do BANIF antes e após a notícia da TVI.

Portanto, gostaria de aclarar este ponto no sentido, quase que diria, de não alimentar dúvidas que possam existir para quem leu o requerimento e nos possa estar a ouvir.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, entendemos que pode ser feito um trabalho a partir de aqui e estamos disponíveis para discutir e debater, depois desta reunião, o conteúdo destes três pontos que aqui apresentamos, já que foram propostas que tiveram um acolhimento, que nos pareceu muito proveitoso, por parte do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda e do CDS, obviamente.

E se o Sr. Presidente assim o entender, tomaremos a decisão final sobre o requerimento na próxima reunião.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, este requerimento fica para decisão posterior na próxima reunião da Comissão e, como tal, não será submetido hoje a votação – aliás, sendo esta a vontade dos proponentes ela é dificilmente objetável.

Srs. Deputados, pergunto se há mais algum assunto que alguém queira suscitar?

*Pausa.*

Não havendo mais pedidos de palavra vou sintetizar o seguinte: a Mesa dará andamento imediato aos pedidos de documentação solicitados a várias entidades pelos diferentes grupos parlamentares; será feita uma ordenação que proceda à fusão de todas as audições que foram solicitadas; haverá uma reunião de Mesa e coordenadores no próximo dia 8 de março, pelas 15 horas; e a próxima reunião da Comissão será, provisoriamente e, portanto, sujeita a confirmação, no dia 11 de março, terça-feira, pelas 10 horas.

Nada mais havendo a tratar por hoje, estão encerrados os trabalhos.

*Eram 17 horas e 3 minutos.*

*A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.*